



## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL**

### **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

#### **CADERNO DE ENCARGOS**

#### **PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS**

#### **CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para elaboração do Projeto de Execução para a Requalificação da Rua SubVila, Rua Branco Martins e Praça Sousa Oliveira, na Vila da Nazaré.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.



## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL**

### **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Prazo**

O Contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

## **CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as obrigações de prestar apoio técnico, descrito nas “Especificações Técnicas” anexas a este Caderno de Encargos.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL**

### **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

3. O projeto a elaborar deverá ser entregue em formato de papel (um exemplar) e em formato digital (DXF ou DWG para as peças desenhadas e Microsoft Word e PDF para as peças escritas).

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Propriedade**

1. Aquando da conclusão e cumprimento do serviço ocorre a transferência da posse e da propriedade, dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato, para o Município da Nazaré, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Prazo de prestação do serviço**

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo infra definido, com o seguinte faseamento das entregas:  
  
Fase I - Anteprojeto: 30 dias;  
  
Fase II - Projeto de Execução: 90 dias;  
  
Fase III - Assistência Técnica: até à conclusão da empreitada.
2. Os prazos suspendem-se durante os momentos de validação das diferentes fases pela entidade adjudicante.
3. O prazo da prestação do serviço poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre partes envolvidas, desde que devidamente justificável.



## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL**

### **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Nazaré, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Preço base contratual**



## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL**

### **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o cumprimento dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Município da Nazaré quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque.

## **CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

### **Cláusula 11.ª**

#### **Penalidades contratuais**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 325.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, no caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, o mesmo incorrerá numa penalidade correspondente ao dobro da prestação em falta.
2. Podem ser fixados outros valores superiores aos apurados pela sanção indicada no número anterior decorrentes das regras gerais de direito.

### **Cláusula 12.ª**

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as



## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL**

### **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL**

### **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Nazaré pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador do serviço violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador do serviço e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município da Nazaré.

### **Cláusula 14.ª**

#### **Resolução por parte do prestador do serviço**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador do serviço pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da Cláusula 15.ª.



## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL**

### **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Nazaré, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## **CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

### **Cláusula 15.ª**

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 16.ª**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo Prestador de Serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 17.ª**





## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL**

### **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

#### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Legislação aplicável**

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei nº 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei nº 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho, e restante legislação aplicável.



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

### DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

## PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### Cláusula 20.ª

#### Enquadramento e Área de Intervenção

Cada vez mais as cidades e as vilas se encontram saturadas de automóveis. O ruído, a poluição, a escassez de espaço de circulação e de estacionamento e o custo das infraestruturas para os automóveis, aliado à insegurança que o automóvel causa aos cidadãos, tem levado a um aumento da procura de transportes alternativos, como os transportes públicos, bicicleta ou outros veículos de duas rodas a motor.

Consequentemente, a solução não passa por responder ao aumento da procura de espaços para o automóvel, mas sim conceder aos modos sustentáveis de deslocação, mais e melhores espaços públicos, nomeadamente para quem se desloca a pé. Esta nova visão para o ordenamento dos centros históricos das cidades e vilas passa, então, por devolver estes territórios novamente às pessoas, humanizando-os e reduzindo substancialmente o espaço afeto à circulação de automóveis e, por conseguinte, a quantidade de carros em circulação.

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) da Nazaré, “A qualidade do espaço público é, na Vila da Nazaré, o elo mais fraco na dinâmica da reabilitação urbana. Principalmente em função do alojamento local, tem-se assistido a uma dinâmica de regeneração do edificado privado – ainda que frequentemente com processos de substituição e/ou má reabilitação – apesar da subsistência de inúmeros imóveis a necessitarem de reabilitação ou modernização. Em contrapartida, não tem havido operações de qualificação eficaz do espaço público que acompanhem e estimulem novos processos de modernização do tecido urbano.

A imagem geral de baixa qualidade do espaço público traduz-se, designadamente em 3 situações:



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

### DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

- *Ausência de lugares de encontro, permanência e convívio: não há praças, jardins, parques, simples espaços verdes. No núcleo da Praia, as pessoas convergem para a Marginal cujo espaço é disputado por outros usos como o comércio de rua e o estacionamento;*
- *Mau uso e usos conflitantes das ruas do centro histórico e, no caso do Sítio, excesso de veículos e visitantes em espaços limitados e sensíveis;*
- *Espaços privados expectantes que, de forma caótica, se confundem com a baixa qualidade dos espaços públicos, transmitindo uma imagem terceiro-mundista aos espaços envolventes de equipamentos de referência.”*

Desta forma, e de acordo com uma das ações inseridas na Prioridade de Investimento 6.5 do PEDU da Nazaré, será efetuada uma intervenção na Rua SubVila, Rua Branco Martins e Praça Sousa Oliveira.

### **Cláusula 21.ª**

#### **Especialidades a integrar**

O presente projeto deverá integrar as seguintes especialidades:

1) Desenho Urbano:

- a) Arquitetura;
- b) Arquitetura Paisagista;
- c) Acessibilidade e Mobilidade para Todos;

2) Especialidades de Engenharia:

- a) Projeto de Estruturas;
- b) Projeto de Rede de Iluminação Pública;
- c) Projeto de Rede de Rega (se aplicável);



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

### DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

- d) Projeto da Rede de Águas Pluviais (redes afetadas)
- e) Projeto da Rede de Drenagem de Águas Residuais (redes afetadas)
- f) Projeto da Rede de Distribuição de Energia (redes afetadas);
- g) Projeto de Rede de Telecomunicações (redes afetadas);
- h) Projeto de Rede de Gás (redes afetadas).
- i) PSS (Plano de Segurança e Saúde);
- j) PPGRCD (Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição).

### Cláusula 22.ª

#### Tarefas a desenvolver

O projetista executará os seguintes trabalhos:

- 1) **Anteprojeto:** Constituído por peças escritas e desenhadas e outros elementos de natureza informativa que permitam a conveniente definição e dimensionamento da obra, bem como o esclarecimento do modo da sua execução. O anteprojeto deve conter, para além dos elementos constantes da regulamentação aplicável os seguintes:
  - a) Memórias descritivas e justificativas da solução adotada, incluindo capítulos especialmente destinados a cada um dos objetivos especificados para o anteprojeto, onde figuram designadamente descrições da solução orgânica, funcional e estética da obra, dos sistemas e dos processos de construção previstos para a sua execução e das características técnicas e funcionais dos materiais, elementos de construção, sistemas e equipamentos;



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

### DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

- b) Avaliação das quantidades de trabalho a realizar por grandes itens e respetivos mapas;
  - c) Estimativa de custos atualizada;
  - d) Peças desenhadas a escalas convenientes e outros elementos gráficos que explicitem a localização da obra, a planimetria e a altimetria das suas diferentes partes componentes e o seu dimensionamento bem como os esquemas de princípio detalhados para cada uma das Instalações Técnicas, garantindo a sua compatibilidade;
  - e) Identificação de locais técnicos, centrais interiores e exteriores, bem como mapa de espaços técnicos verticais e horizontais para instalação de equipamentos terminais e redes;
  - f) Os elementos de estudo que serviram de base às opções tomadas, de preferência constituindo anexos ou volumes individualizados identificados nas memórias;
  - g) Programa geral dos trabalhos.
- 2) **Projeto de Execução:** Desenvolve o Anteprojeto aprovado, sendo constituído por um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável. O Projeto de Execução inclui, além de outros elementos constantes de regulamentação aplicável, as seguintes peças:
- a) Memória descritiva e justificativa, incluindo a disposição e descrição geral da obra, evidenciando quando aplicável a justificação da implantação da obra e da sua integração nos condicionamentos locais existentes ou planeados; descrição genérica da solução adotada com vista à satisfação das disposições legais e regulamentares em vigor;



## MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

### DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

- b) Cálculos relativos às diferentes partes da obra apresentados de modo a definirem, pelo menos, os elementos referidos na regulamentação aplicável a cada tipo de obra e a justificarem as soluções adotadas;
  - c) Medições e mapas de quantidade de trabalhos, dando a indicação da natureza e da quantidade dos trabalhos necessários para a execução da obra;
  - d) Orçamento baseado nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições;
  - e) Peças desenhadas de acordo com o estabelecido para cada tipo de obra na regulamentação aplicável, devendo conter as indicações numéricas indispensáveis e a representação de todos os pormenores necessários à perfeita compreensão, implantação e execução da obra;
  - f) Condições técnicas, gerais e especiais, do caderno de encargos.
- 3) **Assistência Técnica:** Prestação de informações e esclarecimentos, bem como no acompanhamento da execução da obra, a prestar pelo Coordenador de Projeto e pelos Autores do Projeto ao Dono da Obra, ou quando previsto, ao empreiteiro geral, a qual deve realizar-se, sempre que for solicitado, ou quando tal se revele necessário, e preferencialmente, de forma presencial, podendo ocorrer durante a fase de preparação do procedimento de formação de um contrato público, durante a fase de formação do contrato público ou durante a execução da obra.

### Cláusula 23.ª

#### Cronograma de Execução Proposto

FASES	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4
Anteprojeto				



**MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL**

**DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

Projeto de Execução				
Assistência técnica (até conclusão da empreitada)				▶

**Cláusula 24.ª**

**Informação a disponibilizar pelo Município da Nazaré**

O Município da Nazaré disponibilizará a informação constante da listagem seguinte:

- a) Cartografia vetorial georreferenciada atualizada, à escala de maior pormenor existente (dwg);
- b) Ortofotomapas;
- c) Levantamentos topográficos da área de intervenção;
- d) Estudos geotécnicos, geológicos (caso necessário);
- e) Cadastros de infraestruturas existentes (Rede de Iluminação Pública, Rede de Águas Pluviais, Rede de Drenagem de Águas Residuais, Rede de Distribuição de Energia, Rede de Telecomunicações, Rede de Gás, Rede de Abastecimento de Água, Rede de Segurança e Proteção contra Incêndios);
- f) Instrumentos de Gestão Territorial em vigor e com incidência na área de intervenção;
- g) Estudos, planos e projetos existentes com incidência na área de intervenção e com relevância para o presente procedimento;
- h) Outra informação a definir em sede de reuniões de trabalho.

**Cláusula 25.ª**



## **MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL**

### **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

#### **Atributos da Proposta**

O concorrente deverá apresentar a sua proposta tendo em conta a apresentação dos seguintes atributos:

- a) Descrição dos projectos a executar;
- b) Prazo de execução/cronograma dos trabalhos;
- c) Preço Total da prestação de serviços, incluindo condições de pagamento;
- d) Referência a aspectos que do ponto de vista do concorrente sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos serviços que se propõe fornecer.